



Demonstrações contábeis

**Instituto BRB de Desenvolvimento
Humano e Responsabilidade
Socioambiental**

31 de dezembro de 2019





**Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade
Socioambiental**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2019

Índice

Demonstrações contábeis

Balanço patrimonial.....	01
Demonstração do resultado do período	02
Demonstração do resultado abrangente	03
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	04
Demonstração do fluxo de caixa.....	05
Notas explicativas às demonstrações contábeis	06



Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2019	2018		Nota	2019	2018
Ativo Circulante				Passivo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	9.646.325	8.715.013	Obigações tributárias	6	16.358	324.043
Tributos a recuperar	4	32.842	-				
		<u>9.679.167</u>	<u>8.715.013</u>			<u>16.358</u>	<u>324.043</u>
Não circulante							
Imobilizado	5	-	-				
				Patrimônio Líquido			
				Patrimônio social	9	9.662.808	8.390.970
						<u>9.662.808</u>	<u>8.390.970</u>
		<u>9.679.167</u>	<u>8.715.013</u>			<u>9.679.167</u>	<u>8.715.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



[Handwritten signature]

Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental
 Demonstração do resultado do período

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	2019	2018
Receitas			
Receitas sem restrição	10	1.079.309	8.881.369
		<u>1.079.309</u>	<u>8.881.369</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(144.116)	(79.950)
Cooperações técnicas	12	(121.440)	-
Despesas tributárias	13	(69.947)	(513.992)
		<u>(335.503)</u>	<u>(593.942)</u>
Superávit antes das receitas e despesas financeiras		743.806	8.287.427
Resultado financeiro	14	488.479	103.543
Superávit líquido do exercício		1.232.285	8.390.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	2019	2018
Superávit Líquido do exercício	1.232.285	8.390.970
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período	1.232.285	8.390.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2017		-	-	-
Superávit do exercício		-	8.390.970	8.390.970
Saldos em 31 de dezembro de 2018		-	8.390.970	8.390.970
Superávit do exercício		-	1.232.285	1.232.285
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	39.553	39.553
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	9.662.808	9.662.808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	1.232.285	8.390.970
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	39.553	-
	<u>1.271.838</u>	<u>8.390.970</u>
Variações patrimoniais		
Aumento dos tributos a recuperar	(32.841)	-
Redução / Aumento das obrigações tributárias	(307.685)	324.043
Disponibilidades líquidas geradas nas atividades operacionais	<u>931.312</u>	<u>8.715.013</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	-	-
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	-	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	-	-
Aumento nas disponibilidades	<u>931.312</u>	<u>8.715.013</u>
Caixa no início do exercício	8.715.013	-
Caixa no final do exercício	<u>9.646.325</u>	<u>8.715.013</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>931.312</u>	<u>8.715.013</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental

Notas explicativas às demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em Reais)

1 Contexto operacional

O Instituto BRB de Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Socioambiental – Instituto BRB é pessoa jurídica de direito privado, constituído na forma de associação civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, com sede na cidade de Brasília – DF, no Setor Bancário Sul – SBS, quadra 01, bloco E, 12º andar, Edifício Brasília, CEP 70.072-900, inscrito no CNPJ sob o nº 02.174.279/0001-55.

Em 2017, o Instituto BRB foi reativado em cumprimento a deliberação do seu associado fundador, BRB – Banco de Brasília S.A, com a missão de buscar modelos sustentáveis que promovam a qualidade de vida em comunidades onde atua o Conglomerado do BRB, além de reunir e formalizar as práticas de responsabilidade social exercidas pelo BRB – Banco de Brasília S.A.

Conforme o artigo 1º. do Estatuto: "(...) concebido pelo Banco de Brasília S.A. como seu braço institucional em desenvolvimento humano, responsabilidade socioambiental e sustentabilidade; congregando instituições financeiras e não financeiras do Conglomerado BRB, com ações de natureza ambiental, assistencial, cultural, educacional, esportiva, filantrópica e social, voltadas ao interesse interno e externo, e atuação em forma de rede, além de congregar outras entidades que mantenham vínculo jurídico com o Conglomerado BRB".

O Instituto atua prioritariamente no Centro-Oeste, mediante o desenvolvimento, implantação, acompanhamento e avaliação de programas, projetos e outras iniciativas no âmbito de seus campos de atuação, em parceria com outras instituições, governamentais e não governamentais, tendo como princípio básico o de proporcionar benefício a todos os segmentos da sociedade.

O investimento social poderá ser alavancado por meio de incentivos fiscais concedidos pelo Poder Público, alocação de verbas que lhe advierem em

virtude da elaboração e execução de convênios e pelas contribuições sociais/doações periódicas dos associados, dentre outras fontes.

2 Apresentação das demonstrações contábeis e sumário das principais práticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis são de responsabilidade de sua Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos - Resolução CFC 1.409/12 (ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros).

As demonstrações contábeis são elaboradas com base em diversas formas de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram embasadas em fatores objetivos e subjetivos, também com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis do Instituto BRB para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, conforme previsão estatutária.

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente no período apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2 Caixa e equivalente de caixa: referem-se a saldos positivos em conta movimento, aplicações contábeis de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e são registradas ao custo de aplicação, acrescido dos rendimentos auferidos em base pro rata temporis até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: a elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos às estimativas e premissas incluem, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos. A liquidação das transações envolvendo

essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

O processo de elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas a entidades sem fins lucrativos requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações contábeis e nas suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para contingências e recuperabilidade dos ativos. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas.

2.4 Instrumentos financeiros básicos: Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e como empréstimos e recebíveis. O Instituto BRB determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

O Instituto BRB avalia na data das demonstrações contábeis se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (um evento de perda incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos, conforme o

caso. O Instituto BRB determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e incluem contas a pagar a fornecedores.

2.5 Imobilizado: Será registrado ao custo, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação de bens do imobilizado, será calculada pelo método linear às taxas anuais, levando em consideração a vida útil-econômica desses bens.

Um item de imobilizado será baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado em relação ao seu uso ou à sua doação. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação serão revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.6 Passivos circulantes e não circulantes: provisões para obrigações sociais e fiscais - Constituídas e apropriadas ao resultado em regime de competência.

Os outros passivos - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável dos encargos e apropriações monetárias incorridas.

2.7 Provisões: são reconhecidas quando o Instituto BRB tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que seja requerida uma estimativa confiável do valor da obrigação para que a mesma possa ser liquidada. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e quando uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências aplicáveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico,

bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.8 Apuração do Superávit e/ou (Déficit) - Receitas e Despesas: O resultado é apurado pelo regime de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos sejam gerados para o Instituto BRB e quando possa ser mensurada de forma confiável.

As Receitas de Doações e Contribuições são apropriadas na data do ingresso dos recursos. Registra as doações e contribuições de recursos recebidos do instituidor Banco de Brasília S.A. e dos demais associados, e as demais doações e contribuições recebidas, caracterizadas como recursos próprios, para aplicação em programas e projetos sociais, bem como em despesas de custeio e de investimentos do Instituto.

As Receitas Financeiras são apropriadas mensalmente de acordo com o rendimento bruto auferido pelas aplicações financeiras de recursos próprios.

As Despesas com Investimento Social são registradas com a entrada das notas fiscais e recibos enviados pelas entidades executoras dos projetos, mediante assinatura de termo de convênio, que por sua vez, exige prestação de contas de cada parcela financeira liberada. As Despesas Tributárias são registradas mediante a provisão para os respectivos impostos, bem como os juros e a multa de mora.

2.9 Tributação: O Instituto BRB é uma associação civil sem fins lucrativos e goza do benefício de isenção do pagamento de tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018

2.10 Demonstração dos fluxos de caixa: A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

2.11 Moeda funcional: A moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis do Instituto é o Real (R\$).



3 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos, aplicações e fundos de investimentos de liquidez imediata e são demonstrados ao custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do balanço.

O saldo dessa conta no final do exercício, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa, pode ser conciliado com os respectivos itens da demonstração da posição financeira, como demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Banco conta movimento (sem restrição)	--	--
Aplicações financeiras (sem restrição)	9.646.325	8.715.013
	<u>9.646.325</u>	<u>8.715.013</u>

4 Tributos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
ITCD a recuperar	32.842	--
	<u>32.842</u>	<u>--</u>

Trata-se de deferimento de pedido de compensação/restituição de tributos do Instituto BRB, no montante de R\$32.842,00, conforme o Despacho de Deferimento nº 45, de 14/10/2019 da Secretaria de Estado de Economia do DF.

5 Imobilizado (cedido)

No exercício de 2017, o Associado fundador: BRB – Banco de Brasília S.A., cedeu ao Instituto BRB bens para a operacionalização do Instituto:

	<u>2018</u>	Movimentações	<u>2019</u>
Ativo imobilizado - cedido			
Móveis e Utensílios	15.147	--	15.147
Máquinas / equipamentos	3.499	--	3.499
Outros	637	--	637
	<u>19.283</u>	--	<u>19.283</u>
Depreciação acumulada	(19.283)	--	(19.283)
	<u>--</u>	--	<u>--</u>

6 Obrigações tributárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cofins (Rendimento de aplicação financeira)	1.323	689
ITCD	15.035	323.354
	<u>16.358</u>	<u>324.043</u>

7 Transações entre partes relacionadas

O Instituto realiza com seu instituidor Banco de Brasília S.A., operações tais como depósitos em conta corrente (não remunerados) e operações com instrumentos financeiros, conforme previsão estatutária. Essas operações não envolvem riscos anormais de recebimento

8 Provisões, ativos e passivos contingentes

a) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações contábeis, conforme CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

b) Passivos Contingentes Prováveis

Baseado na opinião dos assessores jurídicos e da Administração do Instituto, não há contingências passivas na esfera cível e trabalhista na data-base de 31 de dezembro de 2019.

9 Patrimônio social

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Superávit do exercício	9.623.255	8.390.970
Ajuste de exercícios anteriores	39.553	-
	<u>9.662.808</u>	<u>8.390.970</u>

Foram realizados os seguintes ajustes de exercícios anteriores no exercício de 2019:

ITCD provisionado a maior no exercício de 2018	6.711
ITCD recolhido a maior no exercício de 2018	32.842
	<u>39.553</u>

10 Receitas de doações e contribuições

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
BRB – Banco de Brasília S/A	--	7.125.416
BRB – Crédito Financiamento e Investimento S/A	--	1.635.940
Corretora de Seguros BRB	1.078.622	120.000
Ressarcimentos	687	13
	<u>1.079.309</u>	<u>8.881.369</u>

As receitas no exercício se resumiram em três tipos de crédito diferentes, apresentando-se da seguinte forma:

- a) Doações Corretora de Seguros BRB: depósitos a título de doação, creditados na conta bancária do Instituto;
- b) Doação Pessoa Física: foi realizado um aporte, também na conta bancária do Instituto, por parte de um dos colaboradores do instituto, a fim de ajustes no saldo da conta, em virtude de falha no sistema de resgate de fundos do internet banking.
- c) Reembolso de multa e juros: refere-se ao reembolso de multa e juros ocasionados pelo pagamento de uma guia de ITCD em atraso, com o posterior ressarcimento de prestador de serviços.

11 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Assistência contábil e fiscal	17.530	6.610
Serviços prestados por terceiros	75.639	33.400
Despesas cartoriais	1.584	1.500
Despesas com eventos	14.979	24.740
Taxas e contribuições	11.242	13.700
Material de escritório	8.235	--
Internet e telefonia	592	--
Sistemas e softwares	9.075	--
Manutenção e reparo	388	--
Projetos e campanhas	4.852	--
	<u>144.116</u>	<u>79.950</u>

12 Cooperações técnicas

	<u>31/12/2019</u>
Recursos liberados	121.440
	<u> </u>
	<u> </u>
	--

O Instituto BRB realizou acordo de parceria e cooperação técnica com a Fundação Universidade de Brasília, por intermédio do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológica. Constitui objeto do acordo o desenvolvimento de ações de cooperação visando incentivar o movimento da Economia Solidária, promovendo espaços de articulação e diálogo entre diversos atores capazes de desenvolver reflexões e práticas voltadas para a construção da economia solidária com base fundamental de outro desenvolvimento socioeconômico nacional, bem como promover o desenvolvimento da região Centro-Oeste incentivando o empreendedorismo e a criação e reaplicação de tecnologias sociais.

Em uma transferência realizada em 27/11, houve uma inconsistência bancária, onde o valor transferido não foi compensado, gerando assim uma transferência e estorno na mesma data.

13 Despesas tributárias

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Cofins – Receitas financeiras	19.567	4.230
Impostos e taxas diversas	-	67
IR – Aplicação financeira	6.196	510
IOF – Aplicação Financeira	-	49
ITCD	44.184	509.136
	<u>69.947</u>	<u>513.992</u>

14 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Receitas financeiras	489.152	103.555
Despesas financeiras	(673)	(12)
	<u>488.479</u>	<u>103.543</u>

15 Isenções de contribuições

Caso o Instituto não se beneficiasse da imunidade tributária das Contribuições Sociais e Imposto de Renda e, considerando que, fosse enquadrado no regime de tributação do Lucro Presumido, seria devido no exercício de 2019 um total de R\$ 122.286, conforme detalhamento abaixo:

<u>Ano</u>	<u>Receita</u>	<u>PIS (0,65%)</u>	<u>COFINS (3%)</u>	<u>CSLL (2,88%)</u>	<u>IRPJ (4,8%)</u>	<u>Total Tributos</u>
2019	1.079.309	7.016	32.379	31.084	51.807	122.286

16 Remuneração dos empregados e administradores

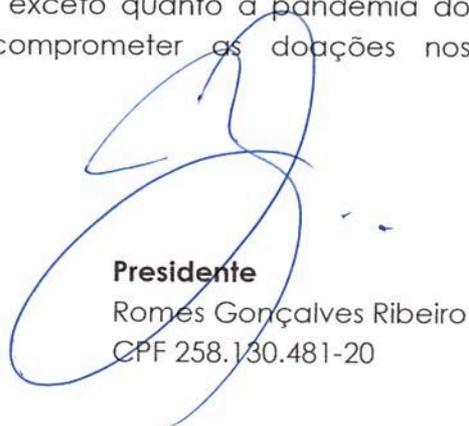
O Instituto BRB mantém convênio de cessão de pessoal com seu instituidor (Banco de Brasília S.A.). O convênio celebrado prevê a cessão de todo quadro de pessoal do Instituto BRB nos níveis técnico e executivo. Assim, o Presidente, os Diretores Executivos e todo o corpo técnico, são remunerados, exclusivamente, pelo Banco de Brasília S.A., em cumprimento ao dispositivo estatutário do Instituto, portanto, sem ônus para o Instituto.

17 Eventos subsequentes

O Instituto BRB não tem conhecimento, até o presente momento, de fatos importantes ocorridos após a data-base de 31 de dezembro de 2019, que possam alterar resultados futuros, exceto quanto à pandemia do COVID-19 que, eventualmente, poderá comprometer as doações nos próximos exercícios.



Diretoria Executiva
Ilter Afonso Mota de Oliveira
CPF 711.296.341-91



Presidente
Romes Gonçalves Ribeiro
CPF 258.130.481-20



Contador
Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC-DF nº 015.504/O-2
CPF 552.309.541-91



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria Executiva do
**INSTITUTO BRB DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **INSTITUTO BRB DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **INSTITUTO BRB DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília (DF), 28 de abril de 2020.


UNIÃO AUDITORES INDEPENDENTES S/S.
CRC DF 501/O-1
ANTONIO CESAR GANDARA
Contador CRC SP 166522/O-0 T-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do Instituto BRB, consoante os termos do art. 31, inciso VII, combinado com o art. 43 do Estatuto Social do Instituto BRB, examinou o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração do Resultado abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, o Relatório de Atividades, apreciados e aprovados pela Diretoria Executiva do Instituto BRB na Reunião Ordinária nº 160, de 05/05/2020, e, com base nas análises efetuadas e no parecer constante do Relatório da União Auditores Independentes S.S., com suas respectivas observações internas, o Conselho é de opinião que esses documentos refletem adequadamente a situação econômica, financeira e patrimonial da Associação e reúnem condições de serem submetidos à apreciação e aprovação pelos Associados, conforme os termos do disposto no art. 27, inciso II, do Estatuto Social do Instituto BRB.

Brasília, 08 de maio de 2020



MARCELO DA COSTA BERNARDO
Presidente do Conselho Fiscal

1º Ofício de Brasília - DF
Nº de Protocolo e Registro

158208

Registro de Pessoas Jurídicas



PAULO RICARDO STEIN
Membro do Conselho Fiscal



MARIA REGINA DE OLIVEIRA
Membro do Conselho Fiscal